

**VIII SIMPOSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA**

**1 a 5 de Novembro de 2017**

**Curitiba**

**Grupo de trabalho Mineração, Agro energia y Conflictos territoriais**

**(DES)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E HIDROELÉTRICAS NO  
LESTE DE ANTIOQUIA COLÔMBIA**

José Anibal Quintero Hernández. Universidade Federal Rio Grande do Sul

Claudia Patricia Zuluaga Salazar. Universidade Federal Rio Grande do Sul

Flavia Charão Marques. Universidade Federal Rio Grande do Sul

# **(DES)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E HIDROELÉTRICAS NO LESTE DE ANTIOQUIA COLÔMBIA**

José Anibal Quintero Hernández<sup>1</sup>

Claudia Patricia Zuluaga Salazar<sup>2</sup>

Flavia Charão Marques<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Na Colômbia, o Leste de Antioquia é uma das regiões do estado de Antioquia compreendem 23 municípios. Tem dentro de suas principais características os enclaves industriais e uma das maiores riquezas hídricas dos países, situação que dá a possibilidade de ter uma cadeia de barragens que fornecem 33% da energia do país. Ditos projetos têm grandes impactos na região, enfrentando camponeses e empresas hidrelétricas. Assim esta pesquisa pretende identificar e analisar os processos da (dês)territorialização mediante uma metodologia qualitativa onde foram feitas entrevistas semiestruturadas e observação participante com várias comunidades camponesas em quatro municípios do Leste de Antioquia. Em procura de analisar o processo da (dês)territorialização esta pesquisa tem em conta a noção de desterritorialização de Claude Raffestin e Rogeiro Haesbaert. Identifica-se na pesquisa que os camponeses têm enfrentado uma disputa pelo território com as empresas hidrelétricas que em sua origem na década dos setenta até hoje e os camponeses e sua população urbana dos quatro municípios estão sumidos na desterritorialização não em tanto as hidroelétricas se territorializam criando territórios funcionalistas e utilitários.

Palavras chave: (dês)territorialização, deslocalamiento, Leste de Antioquia, hidroelétricas.

## **Introdução**

Na Colômbia, o Leste do Departamento de Antioquia tem sido palco da implantação de grandes projetos financiados por parcerias público privadas baseados na exploração intensiva de recursos naturais e minerais. A lógica desses grandes projetos é reproduzida, hoje, em diferentes escalas que abrangem a todas as regiões do território Colombiano. A nomenclatura se modifica: projeto de desenvolvimento, modernização, revitalização, entre outros, porém, o discurso sustentado é o do progresso e do desenvolvimento, lido apenas como crescimento econômico. Neste contexto, grupos subalternizados e

---

<sup>1</sup> Discente doutorado Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. E-mail: joseanibalq@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente Maestria Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: cpzuluaga@gmail.com

<sup>3</sup> Docente Universidade Federal Rio Grande do Sul. Flavia.marques@ufrgs.br

historicamente invisibilizados surgem como protagonistas de movimentos de luta contra os degradantes processos nos âmbitos social, econômico e ambiental, estabelecendo ações e estratégias que buscam fissurar as estruturas hegemônicas extremamente coercitivas que os circundam e destituem suas formas dignas de reprodução socioeconômica.

No leste de Antioquia na Colômbia, tem o complexo Hidroelétrico com 5 barragens que provocaram serias confrontações entre as populações atingidas por barragens e o setor elétrico; na década de 70 e 80, surgiu o “movimento regional cívico popular” de pessoas atingidas por barragens. Mais depois os líderes do movimento foi violentamente agredido com sua desapareição violenta e morte de seus principais líderes, alguns deles fortaleceram as bases das guerrilhas. A identificação dos municípios como espaço de violência se confirma em no imaginário coletivo ainda constituinte da memória social da região.

Os municípios de Granada, San Luis, San Carlos e Cocorná fazem parte da bacia da hidrelétrica Calderas na poção Leste de Antioquia, eles representam, na atualidade, alguns dos municípios representativos no que se refere a riqueza do água para a produção de energia. Porém, os camponeses dos municípios têm sido ameaçados pela possibilidade de construção de novas barragens, justificada pela disponibilidade hídrica da região, incluindo outros municípios limítrofes.

Um processo que reúne inúmeras irregularidades antigas com a hidrelétrica Calderas, somadas às surgidas com as novas barragens, gera polêmica na região e evidencia a perversidade do modelo desenvolvimentista que, atrelado ao capital privado, sustenta discursos em favor da efetivação de projetos que interessam e privilegiam grupos hegemônicos.

Comprendemos, portanto, existir um conflito entre diferentes formas de apropriação do espaço, materializado num processo de territorialização das hidroelétricas e da desterritorialização dos camponeses. De um lado, a verticalidade das hidroelétricas, com uma só forma de ver-ser o mundo, munida dos poderes hegemônicos do capital e com escolta do estado; de outro lado, estão as relações horizontais entre os camponeses, estes que, a partir das relações sociais que conseguem manter, tentam construir organizações e

desenvolver suas próprias formas de agência<sup>4</sup>. Neste contexto, acreditamos que a noção de desterritorialização passa a ser de fundamental importância para entendermos o conflito nesta região.

Assim, este artigo parte de uma metodologia qualitativa para compreender o processo de desterritorialização, que pode ser explicado a partir da trajetória dos sujeitos que vivenciam tais processos, considerando fundamentalmente a experiência e a subjetividade que emana da relação entre o mundo social e o mundo material objetivo que os circunda. Para tanto foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante com nos quatro municípios. Foram observadas, especialmente, expressões de diferentes domínios da existência, levando em consideração o conjunto de relações estabelecidas no território.

Ao referir os sujeitos dessa investigação, os trataremos por *camponeses*, uma vez que assim se definem e que reúnem características históricas essenciais para a definição deste grupo: a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla na qual estão inseridos; a posse dos meios de produção; a utilização de mão de obra familiar (sobretudo, mas não exclusivamente); a busca por autonomia (que supõe a ideia de evitar riscos); a defesa de uma “ética da subsistência”.<sup>5</sup> De certa forma, são sujeitos que vivem na permanente contradição entre a sujeição e a busca por autonomia, entre a produção para a subsistência e a necessidade de inserção no mercado.

O artigo se divide-se em quatro seções, além dessa introdução. A primeira seção busca esclarecer a base teórico de forma a permitir uma apropriação das categorias a serem analisadas. A segunda apresenta o contexto das barragens e do conflito no Leste de Antioquia, de maneira particular, a central hidroelétrica Calderas. A terceira seção trata da análise do processo do desterritorialização, encaminhando o texto para as considerações finais.

---

<sup>4</sup> O conceito de Agência es tinido em conta a partir Norman Long quem a partir de Anthony Giddens considera que a Noção da agência atribui o ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar a maneira de levar a vida ainda com as formas mais extremas de coerção. Os atores sociais posem a “capacidade de saber” y “capacidade de atuar”, intentam resolver problemas. (Guiddens, 1984: em Long, 2007:48)

<sup>5</sup> Dentre os principais estudos consultados estão: WOLF, 1976; QUEIROZ, 1973; SCOTT, 1976; MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 1996; WOORTMANN, 2001; PLOEG, 2008.

## **Território e desterritorialização: um breve debate**

O processo de transformação do território dado pela apropriação do espaço para a construção de empreendimentos hidrelétricos, territorializa a barragem hidrelétrica e gera um processo de desterritorialização dos camponeses. Na defesa desta ideia, alguns conceitos se sobressaem e, por isto, procuramos compreendê-los. São eles: território e desterritorialização.

Para Raffestin, o território é colocado como uma relação político administrativa do espaço com suas linhas de fronteira. Assim, o autor entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Pautados na síntese das visões simbólicas e materiais da questão o esforço para compreendermos a territorialidade camponesa no Leste de Antioquia parte da proposto de Haesbaert (2006) sobre a “perspectiva integradora” dada na aceção do conceito de território, a qual se caracteriza pela presença tanto das dimensões ideais, simbólicas e culturais quanto da importância que a natureza tem para a reprodução destes grupos.

Dessa forma, acreditamos que a compreensão das territorialidades em tensão deve se pautar no esforço conceitual de superação da dicotomia homem-natureza (ideia-matéria). Sendo assim, o território desdobra-se ao longo de um contínuo que vai da dominação político-econômico mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica (HAESBAERT, 2006, p.96). Pressupões, então, tanto questões políticas (inerentes à ideia de conflito), quanto questões que envolvem a dimensão ambiental, uma vez que ele não só é a materialização das relações de poder colocadas, como também a tensão que envolve a luta pela apropriação da natureza.

Haesbaert (2011), em sua discussão sobre a desterritorialização, apresenta uma concepção de território de particular interesse. Segundo esse autor,

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultura-simbólica”. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo (HAESBAERT, 2011, p. 95-96).

A partir dessa concepção de território, multidimensional e multiescalar, Haesbaert (2011) consubstancia sua crítica às interpretações (eurocêntricas) que indicam o fim dos territórios pela intensificação dos processos de desterritorialização. Partindo de uma perspectiva ontológica, mostra que esses processos não são absolutos, pois “o que chamamos de território ou de processo de territorialização constitui algo imanente ao ser, do homem e do mundo, sendo um dos componentes indissociáveis da existência (HAESBAERT, 2011, p. 371).

Segundo Haesbaert (2011, p. 251), “muitos grupos sociais podem estar 'desterritorializados' sem deslocamento físico, [...] bastando para isso que vivenciem uma precarização das condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural”. Assim, para o mesmo autor, tal como mobilidade espacial, necessariamente, não significa desterritorialização, imobilidade tão pouco significa, obrigatoriamente, territorialização.

Entendida nesses termos, a noção de desterritorialização permite refletir sobre as implicações sócio-espaciais da Hidrelétrica Calderas no Leste de Antioquia em uma perspectiva multiescalar e multidimensional, permitindo reconhecer as implicações dessa hidrelétrica não apenas sobre a reprodução imaterial de quem já se deslocou (ou está se deslocando) da área da obra, como também sobre as condições de existência de quem ainda persiste no entorno do 'grande objeto geográfico', mas em condições territoriais marcadas pela instabilidade.

### **Camponeses e Hidrelétricas em Conflito**

O Leste de Antioquia tem um total de 23 municípios, mas se poderia dizer que existem duas áreas, uma articulada para o centro da região, ou seja, perto da capital Medellín, que

está relacionada com a sub-região do Altiplano. Ali, prevalece o chamado desenvolvimento urbano e industrial, o setor de serviços a uma maior circulação de bens. A outra área, que corresponde a este estudo, se caracteriza pela presença de muitos reservatórios de água e áreas com florestas, se pode dizer que trata-se de uma porção territorial com 'vocação camponesa' na produção de caf e, rapadura (de cana-de-açúcar), horticultura, cacau e criação em pequena escala de gado, entre outras. De modo geral, esta área oferece uma baixa qualidade de vida e tem sido severamente afetada pela marginalização de sua população.

A segunda zona tem uma trajetória complexa, pois, as a es empreendidas têm uma orientação extrativa e de desvalorização do próprio do lugar, de sua gente e de outras riquezas naturais. Devido a alta pluviosidade característica, a região fornece 33% da energia do país, após a construção de cinco barragens, dentre elas, a Hidrelétrica Calderas, com um potencial de 16 MW. O complexo fornece um total de 2400 MW, e tem como proprietários empresas como ISAGEN, ISA e Empresas Públicas de Medellín (Quintero, 1997).

Estas grandes barragens provocaram sérias confronta es entre as popula es atingidas por barragens e o setor elétrico, na década de 1970 e 1980, surgiu o “movimento regional cívico popular” de pessoas atingidas por barragens. Posteriormente, o movimento foi violentamente desmobilizado, em função da desapareção e morte de seus principais líderes, alguns deles fortaleceram as bases das guerrilhas das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) e do ELN (Ejercito de Liberación Nacional) hoje, em negociação com o governo da Colômbia na busca de um armistício. A identificação dos municípios como espaço de violência se confirma em no imaginário coletivo ainda constituinte da memória social da região. Os municípios ainda enfrentam situa es de confronto entre facções que buscam o controle do território.

Atualmente, o país vive a privatização do setor hidrelétrico, com empresas estrangeiras (consórcio Canadense brookfield Asset Management) e do setor privado impulsionando uma nova fase de projetos de barragens. Esse crescente número de projetos têm tido menos visibilidade política, porém, estão em curso, pelo menos, 53 solicita es de licenciamento ambiental para a construção de pequenas hidroelétricas, das quais 35 tiveram licenç as outorgadas e quatro já se encontram em construção (CORNARE, 2016).

## **Territorialidade da hidroelétrica e desterritorialização camponesa**

As hidrelétricas constituem aquilo que Santos (1995) chama de grandes objetos, grandes coisas artificiais, que implantadas nos leitos de rios constituem verdadeiras “próteses”. Todavia, conforme Silva (2010), as compensações financeiras recebidas pelas famílias deslocadas rapidamente se volatilizam, e as tradições culturais, bem como os elos familiares são desestruturados, não mais contribuindo para a manutenção das condições de vida anteriores.

Por sua parte consideramos também o que Haesbaert (2006) denomina de “território rede”, com o que o território das hidroelétricas do Leste de Antioquia faz parte de uma complexa rede de influências, que envolve atores de todo o globo, transformando o espaço da região para a lucratividade econômica. Por outro lado, o "território camponês" se conforma desde outros processos, sendo breves, se pode mencionar a reciprocidade e a co-evolução com o ambiente circundante.

Diante de lógicas tão distintas de uso e apropriação do espaço, o conflito se torna iminente. O que encontramos é uma desigualdade de forças, onde os camponeses buscam lutar e resistir aos processos estranhos ao lugar, mas contam com uma aliança com o Estado.

El agua Dios la puso para el servicio de la humanidad, yo no entiendo porque los gobiernos quieren apropiarsen de todo, dejar al pueblo sin nada (CAMPELINO MUNICIPIO DE GRANADA, Entrevista Enero de 2016).

Assim, com a chegada das hidroelétricas, na década de 1980, a relação das empresas com as comunidades tem múltiplos enfrentamentos, as comunidades não têm participação na construção dos projetos que são impostos.

Lo que decían en ese momento, el de la construcción de los embalses, era de que a nosotros nos iba a ir muy bien [...] apareció el movimiento cívico con la comunidad organizada y comenzó a reclamar los derechos cuando vieron las mentiras que ellos estaban haciendo [...] en las propuestas se reclamaban los derechos a las tierra, viendo que había mucha gente que había salido y prácticamente se había gastado la platica del territorio que le habían vendido [...] entonces la gente salía



a protestar porque le estaban violando los derechos humanos (CAMPESINO MUNICIPIO DE GRANADA, Entrevista 2003).

O “movimento cívico”, como tem denominado a organização regional, confronta as hidroelétricas e se converte na maior força organizativa neste processo histórico de protestos, mas, ao fim da década de oitenta, os grupos armados paramilitares vieram a matar os líderes.

El que se oponía a la construcción de los embalses lo mataban, después de una protesta a los líderes les dejaban una boleta bajo la puerta de su casa, los asesinaban en la plaza del pueblo o en la propia casa (CAMPESINO MUNICIPIO DE SAN LUIS, Entrevista 2003).

Na mesma época, o Leste de Antioquia foi marcado pela chegada das guerrilhas das FARC e o surgimento de uma das frentes do ELN, que empreenderam uma forte luta contra a força pública e estabeleceram um controle de morte contra aqueles considerados como tendo vínculos com o Estado ou com a força pública. Muitos dos líderes do movimento cívico acabaram por se juntar aos grupos armados em diferentes momentos.

[...] de hacer parte del concejo (Municipio de San Luis) por el movimiento cívico...generaron cada vez más presión sobre mí, entonces, viene la orden de los paramilitares de Ramón Isaza de matarme, en últimas, me di cuenta es que nos iban a matar, de hecho mataron a algunos. Muchos de nosotros en el Carlos Alirio (1989 ELN), nos mantuvimos [...] por odio a los paramilitares, por el maltrato que hacían, porque el ejército hacía masacres y demás (GUERRILLERO PRESO, entrevista en Vélez, 2015).

Assim, as comunidades camponesas até hoje têm convivido em meio do conflito armado, com ocupações guerrilheiras em zonas urbanas dos municípios, boicotes das eleições municipais; com o sequestro de representantes das instituições nacionais e internacionais.

Na década e noventa, novamente há confrontação dos camponeses com as hidrelétricas, agora, devido à construção por parte das empresas hidroelétricas das novas torres que transmitem a energia. Algumas organizações na zona rural fazem greves e bloqueios das estradas contra as empresas de energia, tentando um processo de negociação e demandando sua apoio com projetos econômicos. Este movimento não logra ter resultados importantes em sus demandas, mas boa parte de seus líderes foram assassinados anos mais tarde pelos grupos paramilitares.

“mataban a los más líderes que reclamaban las promesas de unos cultivos...les mandaron un par de sicarios, llamados paramilitares y lo mataron para que no hubiera quien presionara. A la señora que lideraba el proyecto de heliconias también la mataron porque ella era una persona muy luchadora por la comunidad” (CAMPESINO MUNICIPIO DE SAN CARLOS, Entrevista, 2003).

Foi em meados de 1998, que os grupos paramilitares estabeleceram barracas em prédios das barragens no Município de San Carlos, conforme contam os moradores do município. Assim, em, 23 de março de 1988, perto de uma das barragens em San Carlos, ocorreu um primeiro massacre de cinco pessoas, marcando o início do enfrentamento dos grupos paramilitares com as guerrilhas, mas também com a participação do exército colombiano. Com isto, se intensifica o deslocamento e a morte de líderes camponeses e prefeitos. Em geral, toda a população vulnerável a condição da guerra, morte a bombeiros. Explosões da infraestrutura elétrica, de infraestrutura das estradas e pontes, bloqueios do estradas Medellín Bogotá.<sup>6</sup>

Todas las torres de allá las volaron, las levantaban y las volvían a volar, nos tocaba ver cuando caían al suelo, uno sentía la explosión y ahí mismo salía a mirar y claro era una torre y la veíamos caer, como quedaban tan cerquita de donde nosotros. (CAMPESINO MUNICIPIO DE GRANADA, entrevista enero de 2016)

Este panorama, brevemente descrito aqui, dá uma noção da diversidade de recursos utilizados para fazer frente aos processo impetrados contra o 'território camponês'. Ou seja, não se trata do estratégias homogêneas, as guerrilhas centraram suas estratégias em ataques contra a infraestrutura de estradas e de condução da energia, com mortes seletivas, com o rapto de pessoas, com ataques contra postos da polícia. Já, os paramilitares realizaram massacres, mortes em massa, como uma de suas principais estratégias, mas também o assassinato seletivo, o bloqueio do abastecimento de alimentos para os camponeses, além de saques e torturas principalmente nas zonas urbanas dos municípios que controlavam, gerando terror na população. O exército e a polícia participaram de forma similar aos paramilitares, também resultando na morte da população, e no bloqueio do abastecimento de alimentos.

---

<sup>6</sup> Informação obtida dos Journales El Colombiano, El Mundo, Medellín, 1999 a 2002

Na informação oficial do município de Granada, fica evidente que, entre 1997 e 2005, o total das vítimas do deslocamento pode chegar a 14.389 (72%), tendo em conta que o total da população, em 1988, era de 20.000 pessoas, e que, entre 500 e 600 pessoas, foram assassinadas, que houve onze massacres, com 67 pessoas assassinadas. Além disto, houve 49 vítimas com execuções extrajudiciais, 81 casos de desaparecimentos forçados, 77 vítimas de minas terrestres (das quais 20 foram mortas), 136 casos de saques contra a propriedade privada, com tudo isto somam-se, ao final, 128 órfãos. O panorama é muito similar ao município de San Carlos que, em 1985, tinha 29.156 pessoas e, em 2013, um total de apenas 13.000 habitantes. Em San Luis, em 1993, eram 15.402 habitantes e, em 2005, 11.009. E, no município de Cocorná, em 1993, se encontravam 22.999 pessoas, diminuindo, em 2005, para 15.119 (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2013).

No caso em estudo, o capitalismo e o estado desterritorializam os atores. Ao contrário do que Haesbert (2007) aponta, não ocorreu o processo de desterritorializar com uma mão e reteritorializar com a outra. No caso do Leste de Antioquia, ocorreu a 'desterritorialização com ambas as mãos', a mão do interesse econômico, representado pelas barragens, e a mão violenta da repressão aos movimentos sociais e a intensificação do conflito armado como resposta aos protestos dos camponeses, não restando 'nenhuma mão' para reteritorializar as comunidades. É necessário que se diga, que uma reteritorialização total tornou-se impraticável, até mesmo porque as particularidades do lugar são impossíveis de recriar depois de tantas perdas humanas, das estruturas sociais e das características do espaço, agora, tomado pela água das barragens.

No caso das populações que voltaram aos quatro municípios, possivelmente, estejam fazendo parte de uma espécie de reteritorialização precária, deficitária, incompleta, frágil e provisória. Muitos grupos sociais podem estar desterritorializados, sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e ou a negação de sua expressão simbólica cultural (HAESBAERT, 2007, p.251). Este é o caso dos quatro municípios em estudo, podemos afirmar que a desterritorialização continua, na medida em que muitas das condições de vida seguem sendo negadas. No caso do Leste de Antioquia, na atual conjuntura, muitos camponeses estão desterritorializados.

Porém, a partir da inconformidade, também, os camponeses reagem, busca formas de reconstituir suas vidas, uma vez que têm um forte sentido de pertencimento, construído a partir das práticas cotidianas com a natureza e com os próprios sujeitos e são reforçadas pela memória de um passado comum e pelas relações parentais que foram construídas historicamente, se transformando de alguma maneira em uma estratégia de reconstrução do território.

A população dá importância à qualidade de vida que se leva na comunidade, valorizando seus modos de vida, suas propriedades, suas casas, a paisagem natural. As pessoas consideram que a desarticulação da comunidade e os laços de vizinhança contribuem para o enfraquecimento da produção agrícola, fundamental para sua sobrevivência. É assim que vêm se esforçando para retomar uma identidade territorial, com organização social, partindo do reconhecimento e da necessidade de defender o território, tem sido necessário demonstrar porque vale a pena continuar naquele território; porque lutar contra um empreendimento que poderia modificar toda a existência simbólica e material dos agricultores no local.

### **Considerações finais**

No leste de Antioquia se tem um processo que reúne inúmeras irregularidades antigas com a hidrelétrica Calderas, somadas às surgidas com as novas barragens, e evidencia a perversidade do modelo desenvolvimentista que, atrelado ao capital privado, sustenta discursos em favor da efetivação de projetos que interessam e privilegiam grupos hegemônicos.

Existe um conflito entre diferentes formas de apropriação do espaço, materializado num processo de territorialização das hidroelétricas e da desterritorialização dos camponeses. De um lado, a verticalidade das hidroelétricas, com uma só forma de ver-ser o mundo, munida dos poderes hegemônicos do capital e com escolta do estado; de outro lado, estão as relações horizontais entre os camponeses, estes que, a partir das relações sociais que conseguem manter, tentam construir organizações e desenvolver suas próprias formas de agência.

A territorialização dos camponeses dos quatro municípios do leste de Antioquia é uma incerteza. É claro que num processo de deterritorialização sempre ocorre uma territorialização. Contudo, isto não explica em dizer que a territorialização seja completa, ela é precária, insuficiente, incompleta.

O progresso não tem o mesmo significado para todos. O chamado desenvolvimento não chega a todos os locais ao mesmo tempo e nem com a similar intensidade. A reterritorialização completa não aconteceu ainda, podem existir sujeitos conformados com a situação atual em que vivem, mas o conformismo não é algo satisfatória na maioria. A nova leva de pequenas centrais hidroelétricas novamente em processo de desterritorialização.

## **BIBLIOGRAFIA**

CORNARE – Corporación Autónoma Regional de los Rios Rionegro y Nare. (2016).

**Expediente Generación de Energía.** Disponível em: <http://www.cornare.gov.co/>.  
Consulta julho de 2016.

GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. (2013) **Anuário Estadístico de Antioquia, 2013.**

HAESBAERT, R. (2006). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HAESBAERT, R. (2007). **Identidades Territoriais. Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou hibridismo cultural à essencialização das identidades).**  
In: ARAÚJO, FREDERICO G, BANDEIRA de; HAESBAERT, Rogério (Orgs).  
Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro:  
ACCESS, 2007. p. 33-56.

HAESBAERT, R. (2011). **O Mito da Desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialização.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

QUINTERO, J. (2007). **Efectos de las políticas públicas del sector eléctrico en la participación de las organizaciones comunitarias del Oriente Antioqueño - estudio de caso - Asociación Campesina del Oriente Antioqueño - ACOA.** En:  
**Cuadernos de Desarrollo Rural.** No 58, p101-127, 27p. 2007

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. (1995). **Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial.** In:  
EDINA, C.; MOURA, E, F.; MAIA, M. L. S. (orgs.). Industrialização e Grandes

Projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica Editora da Ufpa, 1995. p. 13-22.